

PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

¹Giane Schmaedeck Lara

²Maristela da Silva Souza

RESUMO

Este artigo tem como foco de estudo e pesquisa a relação estabelecida historicamente entre sujeito e natureza e como essa construção cultural influencia a prática pedagógica na Educação Física (EF). Sob essa perspectiva, essa pesquisa propõe-se a compreender o papel da EF no processo de Educação Ambiental (EA). Como campo de pesquisa foram utilizadas referências bibliográficas acadêmicas (livros, artigos acadêmicos e monografias) e observações realizadas junto ao projeto “Canoagem na Escola”. Como base para a fonte de pesquisa foram utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica e observação participante. Considerando que algumas práticas sociais da cultura corporal, trazendo como exemplo o esporte canoagem, têm um enorme potencial na sensibilização das questões ambientais locais, visando uma perspectiva superadora destes problemas, podemos pensar nossa atuação levando em conta a EA.

ABSTRACT

This article focuses on studying and researching the relationship historically established between subject and nature and how this cultural construction influences the pedagogical practice in Physical Education (PE). Under this perspective, this research proposes to comprehend the Physical Education role in the process of Environmental Education (EE). The Academic Bibliographical References (book, academic articles and monographs) and the observations realized together with the project “Canoeing in School” (“Canoagem na Escola”) have been used as research field. The techniques of Bibliographical Review and the participating observation have been used as base for research source. Considering that some social practices of body culture, as an example the canoeing sport, have a huge potential in sensitiveness of local environment issues, seeking on overcoming perspective of these problems we can think about our acting by taking into account the Environmental Education.

Palavras-chave: Educação Física, Prática Pedagógica, Canoagem, Educação Ambiental, Natureza

¹ Especializanda em Educação Física Escolar (CEFD/UFSM)

² Professora Dr^a Adjunta do CEFD/UFSM

. Coord. da Linha de Estudos Epistemológicos e Didáticos em Educação Física.

INTRODUÇÃO

Diversos agentes, forças e projetos políticos atuam na disputa pelos rumos da ação educativa. A temática ambiental vem assumindo um papel cada vez mais importante na sociedade, em grande medida devido ao enfoque midiático dado ao tema, mas também ao fato de serem perceptíveis os efeitos da exploração depredatória junto ao ambiente, sendo a mesma motivada pelo atual modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade.

Desse modo, a partir do estágio profissionalizante desenvolvido no projeto “Canoagem na Escola”, da experiência profissional com o esporte canoagem e ainda na participação da atual gestão da Federação de Canoagem do Estado do Rio Grande do Sul (FECERGS), foi percebida a potencialidade desta prática social na problematização das questões ambientais que mobilizam o conjunto da sociedade que estamos inseridos. O ponto de partida para a aproximação com algumas leituras analisadas neste estudo acerca do tema da EA foi a percepção dos problemas ambientais que envolvem a prática do esporte canoagem no município de Santa Maria-RS.

Ao problematizar estas atividades como objeto de pesquisa foi verificado a complexidade acerca do trabalho com a EA, assim, entendendo que a superação das problemáticas ambientais implica outra forma de organização e relações sociais, outros valores, outra ordem cultural e política, necessita-se que a formação de professores de EF leve em conta este debate no trato com a cultura corporal.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, pela crescente necessidade do conhecimento do homem sobre a natureza, e sobre si mesmo, percebendo-o como dela integrante e, deste modo a reflexão sobre as questões ambientais na EF escolar pode ser uma ferramenta que permita a compreensão de que o homem é parte intrínseca da natureza e não algo dissociado e perdido, sendo que sua produção cultural passa a ser entendida e praticada enquanto humanamente produzida.

Os procedimentos de pesquisa adotados foram a observação participante junto ao projeto no qual a autora atuou e a técnica de revisão bibliográfica, que de acordo com Marconi & Lakatos (2007), oferece meios para definir e resolver não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas em que os problemas não se cristalizaram suficientemente.

Para isso, primeiramente, buscamos compreender a relação sujeito e natureza no processo de construção da cultura corporal humana, onde identificamos algumas concepções de natureza que irão permear a história da humanidade. Buscamos assim, refletir sobre como a concepção de natureza, hegemônica na nossa sociedade, culminou em problemas ambientais que estamos enfrentando há algum tempo e, posteriormente evidenciamos que o surgimento do campo de conhecimentos da EA pode ser uma ferramenta para auxiliar na reflexão e superação desta problemática. Por último, procuramos identificar o papel da educação e especificamente da EF escolar no processo de EA, assim será elaborada uma proposta para o trabalho com o esporte canoagem e a EA na escola a partir das análises deste estudo.

A RELAÇÃO SUJEITO E NATUREZA E A CULTURA CORPORAL HUMANA

Pensar nossa relação com a natureza significa trazer à tona nossas concepções de mundo, de sociedade, de homem, e perpassa a análise de como os sujeitos se relacionam entre si nos diferentes momentos históricos e culturais da humanidade. Podemos perceber que existem várias concepções do que seja a natureza, partindo das sociedades primitivas onde não havia distinção entre o mundo natural e o mundo social, até chegar aos dias atuais onde a natureza se tornou um grande objeto de consumo identificamos

várias posturas que vêm sustentando os padrões culturais necessários à manutenção da lógica do capital.

Como esclarece Gonçalves (2004, p.23) “o conceito de natureza não é natural sendo criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, sua cultura”. O autor ressalta que a afirmação da oposição homem-natureza se deu em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais, e acredita que foi sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição *homem-natureza* e *espírito-matéria* adquiriu maior dimensão³.

Dessa forma, a visão do corpo humano como uma máquina, da competição humana dada como natural, vem sendo fortemente questionadas, mas ainda é muito presente na sociedade atual, naturalizando a dominação do homem sobre o homem e sobre a natureza, sendo esta vista hegemonicamente como objeto a ser explorado.

“Nas sociedades mais primitivas, o ambiente é assumido como uma extensão do próprio corpo físico de seus integrantes. Nessas primeiras formas de organização social, a relação com a natureza surge como algo espontâneo, que fornece tanto o alimento, quanto a moradia e o espaço vital em geral. (...) Como contrasta com a situação atual, na qual em lugar de ter acesso à terra pelo simples fato de ser membro da comunidade, primeiro deve-se comprar um pedaço da natureza, para que isto lhe sirva como credencial de cidadania!” (FOLADORI, 1997, pg. 155).

A naturalização das relações sociais acaba justificando situações opressoras e discriminatórias, “o imaginário ocidental costumeiramente associa à natureza os segmentos ou classes sociais oprimidos ou explorados, naturalizando essas condições” (GONÇALVES, 2004, p. 125). Isso se revela facilmente, como nos traz o autor, em discursos comuns em diversos grupos da sociedade, como por exemplo, de que as mulheres por natureza são frágeis e emotivas; que os adolescentes são rebeldes e contestadores e que as crianças somente serão alguém no futuro, pela natureza das suas idades; que os velhos são naturalmente incapacitados para o trabalho; essas posturas demonstram o perfil cultural da sociedade ocidental: branca, européia, machista e burguesa.

Argumentos dessa natureza são frequentemente reproduzidos na escola, na família e no ambiente de trabalho, onde historicamente a mulher, o jovem, o idoso, a criança tem seus papéis bem definidos e pré-determinados. A desconstrução e o rompimento com estes preconceitos, muitas vezes justificados por uma visão estritamente biológica do ser humano, se faz urgente para avançarmos na construção de uma sociedade mais humana e igualitária.

Daolio (1995) irá afirmar que os corpos embora com uma base biológica semelhante são construídos diferentemente em cada sociedade, segundo os padrões gerais de sua cultura. Assim, padrões comportamentais que comumente enxergamos como “normal” ou “natural” em determinada cultura pode não ser para outra. Nessa direção, Chauí (2000) define cultura como a criação coletiva de idéias e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, assim para a autora, cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais.

³ Nos séculos XVI e XVII a visão de mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A concepção romântica de universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção de mundo como uma máquina, temos então o mecanicismo cartesiano que reforça a fragmentação entre o homem e a natureza, opondo-o as forças naturais (CAPRA, 2001).

Ainda nesse sentido, Lessa e Tonet (2004) consideram que sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade, mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica, sendo construída por fatores sociais. Os autores reafirmam ser o trabalho o fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens, assim transformando a natureza os homens também se transformam permitindo a constante construção de novas situações históricas e de novas relações sociais.

Concordamos com LARAIA (1992) que nos diz que o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, assim podemos considerar que o comportamento humano não é biologicamente determinado pois todos os nossos atos dependem inteiramente de um processo de aprendizado. Portanto a dimensão cultural é também constitutiva da dinâmica humana, assim como a dimensão física, biológica, social e psíquica, sendo que o corpo humano pode ser visto como dotado de sentidos e significados dentro do contexto sociocultural onde se insere.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Pode-se dizer que o processo de desenvolvimento psíquico dos agentes sendo também histórico-social, não é um pressuposto natural do processo de aprendizagem, mas sim um produto social, um produto das atividades do indivíduo (DUARTE, 2001). Assim devemos considerar os indivíduos envolvidos no processo educativo como capazes de produzir cultura e não somente como seres passivos, sendo, como afirma o autor, que o ser humano faz-se humano apropriando-se da humanidade produzida historicamente.

Gonçalves (2004) descreve que se a sociedade quiser estabelecer outra relação com a natureza devemos ter bem claro que isso implica em outra relação dos homens entre si. A postura utilitarista da natureza, hegemônica na sociedade, se fortalece com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o uso indiscriminado dos recursos naturais, em proporções cada vez maiores, agrava os problemas ambientais que afetam hoje toda a humanidade.

Entendendo a EA como processo capaz de instituir novas relações dos homens entre si e com a natureza, devemos levar em consideração, conforme LOUREIRO (2005, p.149), que

“Na atividade humana coletiva nos educamos, com sujeitos localizados temporal e espacialmente. Ter clareza disso é o que nos leva a atuar em Educação Ambiental, mas não a partir do discurso genérico de que todos nós somos igualmente responsáveis e vítimas do processo de degradação ecossistêmica. Educar para transformar é agir em processos que se constituem dialogicamente e conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual. Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.”

A temática ambiental vem sendo muito discutida nas últimas décadas, a questão dos limites da humanidade e suas alternativas foram discutidas no ano de 1972, em Estocolmo, na I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que pautava uma pretensa neutralidade ideológica apresentando como solução um modelo de desenvolvimento que conseguisse minimizar os efeitos de alguns processos degenerativos do ambiente, onde questões estruturais não foram abordadas (LOUREIRO, 2003). As orientações desta conferência culminaram no relatório “Nosso

Futuro Comum” que nos deu a definição clássica de Desenvolvimento Sustentável como a “garantia de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas” (CMMAD, 1991).

Cabe ressaltar que essa temática começa a ser pautada em nosso país em plena ditadura militar. Época essa na qual os movimentos sociais encontravam-se desarticulados e a educação estava sob forte tutela do estado ditatorial que combatia a politização dos espaços educativos. O resultado foi em termos de EA, segundo Loureiro (2004), uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político. Tal ação favoreceu a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, caracterizando o que pode ser chamado de uma “educação ambiental convencional”.

A EA no Brasil começou a assumir um papel político e transformador a partir dos anos 80, com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação crescente das organizações ambientalistas e a ampliação da produção acadêmica relacionada à chamada “questão ambiental”, em meio à conjuntura política vivida no país (Movimento “Diretas Já”, redemocratização, constituinte, entre outros). Nessa conjuntura, contou-se com maior aproximação de educadores e das instituições públicas de educação com agentes envolvidos junto à educação popular, militantes de movimentos sociais e ambientalistas (Loureiro, 2004).

Em 1992, a realização no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano - ECO92 teve a participação de centenas de países e contribuiu para a expansão do debate ambiental na sociedade brasileira. Ainda nos anos 90 ocorreu a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) os quais indicam que cada professor, dentro da especificidade de sua área, pode contribuir com uma compreensão mais integrada de Meio Ambiente, e considera a EF como capaz de “ajudar na compreensão da expressão e autoconhecimento corporal, da relação do corpo com o ambiente e o desenvolvimento de sensações” (BRASIL, 1997, p. 194). Destaca-se também a lei 9695/99 que refere-se a Política Nacional de Educação Ambiental onde define-se EA como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”.

LAYARGUES (2002) chama a atenção para dois tipos de discursos: o ecológico oficial ou hegemônico e o discurso alternativo dos movimentos sociais. O primeiro seria baseado em práticas comportamentalistas que o autor denomina de EA reducionista, onde não se propõe mudanças estruturais e sim uma mudança comportamental e técnica não refletindo sobre os valores que sustentam o estilo de vida, produção e consumo. Já a posição dos movimentos sociais ambientalistas situa a cultura do consumismo, entendendo o consumo como um dos pilares de sustentação do sistema capitalista. Uma percepção convergente nesse sentido há em LOUREIRO (2004) que vai classificar duas principais correntes da EA, a conservadora ou comportamentalista que caracteriza por propostas que implicam no reformismo superficial das relações sociais e de poder, reforçando situações de alienação e subordinação; pouca ênfase nos aspectos políticos da ação pedagógica; dicotomização das dimensões naturais e sociais; sobrevalorização das soluções tecnológicas, subjetivistas e da aprendizagem experimental; e ênfase na educação como processo comportamentalista e moral emancipatório.

Outro bloco que o autor identifica é o crítico ou transformador, o qual caracteriza

“pela politização e publicização das questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas, se definindo pela valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas que considerem o conhecimento científico, as manifestações

culturais populares e uma nova ética nas relações sociedade-natureza pautada e construída em processos coletivos de transformação social, enquanto condição básica para se estabelecer patamares societários que requalifiquem nossa inserção na natureza. Pensa a relação cultura-natureza sem estabelecer dualismos ou diluições da natureza humana na natureza (enquanto totalidade)” (LOUREIRO, 2004, p. 3).

Assim acreditamos que “pensar em mudar comportamentos, atitudes, aspectos culturais e formas de organização, significa pensar em transformar o conjunto das relações sociais nas quais estamos inseridos, as quais constituímos e pelas quais somos constituídos” (LOUREIRO, 2006, p. 126). Portanto, ao pautar e constituir um processo de mudança social sem realmente problematizar as relações sociais cotidianas relativas a esse processo pode-se estar criando algo que (re) produza vícios e hábitos políticos corriqueiros e pouco refletidos no seio da comunidade. A partir disso, os sujeitos, enfrentando o desafio de mudar algo, também realizam sua própria transformação (Konder, 1992).

A EF ESCOLAR E A QUESTÃO AMBIENTAL

Podemos notar que, historicamente, essa visão dicotômica corpo-mente, matéria-espírito, natureza-cultura está presente em algumas correntes de pensamento que conseqüentemente irão influenciar a EF, assim como o entendimento de cultura que é uma questão que afeta o entendimento mais geral de ser humano, de corpo e movimento.

Nesta perspectiva, BRACHT (1997, p. 16) esclarece que

“o movimentar-se é entendido como uma forma de comunicação, que é constituinte e construtora de cultura, mas também, possibilitada por ela. É uma linguagem, com especificidade, é claro, mas que, como cultura, habita o mundo simbólico. A naturalização do objeto da Educação Física, seja alocando-o no plano do biológico ou do psicológico, retira dele o caráter histórico e, com isso, sua marca social. Ora, o que qualifica o movimento como humano é o sentido/significado do mover-se. Sentido/significado mediados simbolicamente e que os colocam no plano da cultura.”

Bracht (1999) esclarece que a constituição da EF na instituição escolar foi fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina, considerando que o nascimento da EF se deu para colaborar com uma educação estética que permitisse uma adequada adaptação ao processo produtivo e a uma perspectiva política nacionalista. Os militares e médicos tinham uma visão higiênica para a EF, estes princípios foram impostos às famílias aliado a uma educação moral, intelectual, sexual e física. Segundo o autor, já nos séculos XIX e XX o treinamento desportivo e a ginástica adquirem uma grande significação social, orientada pelos princípios da concorrência e do rendimento alcançados com uma intervenção científico-racional sobre o corpo que envolve tanto os aspectos imediatamente biológicos, como aumento da resistência, da força etc., quanto comportamentais, como hábitos regrados de vida, respeito às regras e normas das competições.

“Como os princípios eram os mesmos e o núcleo central era a intervenção no corpo (máquina) com vistas ao seu melhor funcionamento orgânico (para o desempenho atlético-esportivo ou desempenho produtivo), o conhecimento básico/privilegiado que é incorporado pela EF para a realização de sua tarefa continua sendo o que provém das Ciências Naturais, mormente a biologia e suas mais diversas especialidades, auxiliadas pela medicina, como uma de suas aplicações práticas” (BRACHT, 1999, p. 76)

Nos últimos anos intensificaram-se os debates que questionam e criticam o caráter biológico e tecnicista dado à EF, realçando a questão sociocultural da disciplina. A crítica ao dualismo corpo e mente é feita por autores da área que passaram a denunciar o conceito positivista de totalidade onde o Homem seria resultado da soma de

duas dimensões: a espiritual e a corpórea, e a educação integral seria a soma dos aspectos afetivos, cognitivos e motores.

Dessa maneira, para Taffarel (1992), os conteúdos geralmente privilegiados na EF, condizem ao mundo produtivo, sendo que as pedagogias progressistas vêm a necessidade da ampliação dos componentes curriculares para a formação dos cidadãos. A EF escolar tendo, portanto, como objeto a reflexão crítica sobre a cultura corporal, deve superar essa lógica e contribuir na afirmação de valores como solidariedade substituindo o individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Para estes autores, a reflexão sobre os problemas sócio-políticos atuais (ecologia, relações sociais do trabalho, distribuição do solo urbano, e outros) é necessária na escola se existe a pretensão de possibilitar aos estudantes entender a realidade social que estamos inseridos.

A incorporação de novos estilos urbanos de vida, caracterizados pela ampliação da possibilidade de consumo de novos produtos, se materializa também no desenvolvimento e na consolidação de hábitos de lazer, tais como o costume de viajar, de ir às compras e de fazer esportes e atividades físicas, entre as quais pode se identificar a popularização daquelas vivenciadas em contato com a natureza, uma forma de buscar compensação para os problemas do “cinzento mundo urbano” (MELO e GONÇALVES, 2009). Podemos citar aqui algumas atividades esportivas praticadas no meio natural atualmente, como: Arvorismo, Asa Delta, Balonismo, Biccicross, Bungee Jump, Canoagem, Cavalgada, Escalada, Mergulho, Motocross, Mountain Bike, Montanhismo, Orientação, Paraquedismo, Rapel, Surfe, etc.. Percebemos que, geralmente, a ocorrência destas práticas se dá sob a égide do nome “Educação Ambiental”, dando primazia às intervenções de ordem técnica, centradas nos aspectos ecológicos do meio ambiente, desconsiderando as demais dimensões da questão.

Nesse aspecto, cabe considerar que o despertar da consciência ambiental não é somente responsabilidade do indivíduo em si ou um agregado destes, mas requer mobilização social e comunitária em torno disto, gerando vivências cotidianas que motivem e envolvam a comunidade. Para a ocorrência de um processo de conscientização, torna-se necessário romper com as fronteiras do individualismo, para que as pessoas mobilizem-se em torno de um fato social que articule a realidade e o pensamento individual. Essa articulação pode ser geradora de transformações cognitivas e ideológicas no indivíduo, não restritas apenas em mudanças de comportamentos e de atitudes no meio - ambiente domiciliar/comunitário, mas pode despertar uma racionalidade questionadora das determinações hegemônicas socioambientais atuais.

As vertentes holísticas, espiritualistas e esotéricas até afirmam a necessidade de mudanças estruturais e contribuem para uma teoria integradora das ciências humanas e naturais, como alude Loureiro (2006), mas o autor chama a atenção para o idealismo presente nestas na tentativa de minimizar os conflitos em nome do amor abstrato, da harmonia com a natureza, caminhando assim para a esfera pessoal e subjetiva na tentativa de re-ligação com a natureza. Já Bracht (1997) vai identificar esta postura como aquela que “enaltece o sensível”, que “busca e valoriza aquelas experiências que atestam a unidade homem mundo”. Baseados nessa concepção surgem e são influenciados vários grupos que “cultivam a ecologia, a meditação e a espiritualidade” pretendendo uma mudança de valores rumo a uma consciência ecológica, neste sentido várias propostas de atividades físicas e esportivas estão sendo propostas no mercado dentro de uma concepção holística e romântica de natureza.

Portanto, acredita-se que estas atividades são importantes para a sensibilização acerca das questões ambientais e devem se inserir na EF escolar, mas não com um fim em si mesmas, devendo haver uma reflexão pedagógica que fundamente a inserção destas práticas no currículo escolar.

UMA PROPOSTA CRÍTICO SUPERADORA PARA O ENSINO DO ESPORTE CANOAGEM E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EF ESCOLAR

O projeto “Canoagem na Escola”, desde o ano de 1997, é desenvolvido no município de Santa Maria-RS em parceria com as escolas públicas municipais. As atividades são desenvolvidas no contra turno escolar, sendo que os estudantes são encaminhados pela coordenação pedagógica de sua escola de origem observando aqueles com maior dificuldade de aprendizado e menor nível sócio-econômico. Atualmente, no município, o referido projeto está em fase de implantação como atividade de extensão universitária na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde é buscado resolver algumas questões ambientais para o desenvolvimento das ações, principalmente no que se refere a qualidade da água do lago disponível para esta prática e ao difícil acesso ao local, fatores que limitam o uso do espaço por questões de saúde e segurança.

A experiência com o projeto mostra que o objetivo inicial de conhecer a técnica do esporte Canoagem-Velocidade ao longo dos anos foi sendo ampliado, (re) construindo em conjunto com as diferentes comunidades atuantes no projeto, novos objetivos e significados, buscando desenvolver valores indispensáveis à formação do ser cidadão e temas ligados à realidade sócio-cultural dos educandos.

Para Imbriaco (2001), algumas considerações devem ser levadas em conta no trabalho de iniciação ao esporte canoagem. As condições de segurança devem estar sempre garantidas, as aulas devem contar com a supervisão de um responsável preparado para agir em situação de perigo, tendo conhecimentos básicos de primeiros socorros. Os equipamentos deverão ser adequados, sendo o tamanho do barco, remo e colete proporcional ao tamanho da pessoa. Faz-se necessário também um planejamento prévio visando os objetivos que se pretende alcançar em cada encontro.

Na ação de planejar manifestamos nossas opções, compromissos, princípios e posições político-pedagógicas, essa mediação teórico-metodológica deve estar de acordo com a realidade concreta que a escola está inserida. Vasconcellos (1995) nos coloca que há vários níveis de planejamento compostos pelos sistemas federais, estaduais e municipais de educação, pelo projeto político pedagógico (PPP) das escolas, o planejamento curricular e de ensino aprendizagem (planos de aula e de curso).

A partir então da experiência vivenciada pela autora, sugerimos como ferramenta metodológica os cinco passos propostos por Saviani (1997), o qual pressupõe cinco momentos articulados da prática pedagógica. O primeiro passo parte da prática social, neste caso o esporte canoagem, para um segundo momento onde ocorre a problematização das principais questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e que conhecimentos são necessários dominar para isso. O terceiro passo, a instrumentalização, tem por objetivo que os educandos se apropriem dos instrumentos teóricos e práticos produzidos historicamente e socialmente. O quarto passo metodológico é a catarse que seria o “momento da expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social que se ascendeu”, a “efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social” (SAVIANI, 1997, p. 81). O retorno a prática social é o ponto culminante, um último passo onde já se compreende a prática em termos mais elaborados, alterando-a qualitativamente pela mediação da ação pedagógica.

Vejam os como exemplo uma aula desenvolvida no projeto “Canoagem na Escola”, onde se tinha como objetivo principal identificar possíveis agentes poluidores do local conscientizando os participantes acerca das questões ambientais que envolvem a prática do esporte canoagem.

1º passo: *Prática social. Prática do esporte canoagem.*

2º passo: *Problematização. A água do lago é potável para o consumo humano? E para tomar banho? Existe algum agente poluidor do local? Qual? Quais precauções devemos tomar durante a prática do esporte canoagem para garantir nossas condições de saúde e de segurança? Quais problemas de saúde podem acarretar ao ser humano em contato com a água poluída? Quais locais destinados a esta atividade esportiva podem ser encontrados no município? E na região alguém conhece? Quais as condições ambientais desses locais?*

3º passo – *Instrumentalização. Remar contornando as margens do lago e realizar uma caminhada observando o entorno deste. Qualidade da água / Condições de saneamento básico na UFSM, inexistência de canalização e tratamento do esgoto gerado pela universidade/ Evitar o contato com a água, possibilidade de contrair doenças como verminoses e micoses/ Cuidados com a higiene pessoal após as atividades no lago.*

4º passo – *Catarse. Entender as questões ambientais relacionadas com o uso do lago para atividades de lazer e o que isso pode acarretar para a nossa saúde.*

5º passo – *Prática do esporte.*

Avaliação: (...) *Identificamos dois pontos no entorno do lago que lançam esgoto vindo dos ginásios e do CEFD diretamente na água, outro ponto que vem esgoto sanitário de algumas casas (ocupação dentro da universidade, onde moram cerca de 40 pessoas). Um pai que acompanhava as atividades relatou que há uns 20 anos atrás este lago era limpo e que os estudantes da UFSM vinham diariamente tomar banho ali, identificou outro agente poluidor que são as lavouras do entorno, que ao chover escorre a água com agrotóxicos para o lago, disse também que os animais que são criados ali perto contribuem para o alto índice de coliformes fecais presente no lago (acima dos permitidos pela OMS). Este pai menciona que “é um absurdo uma universidade do tamanho da UFSM não ter condições ideais de saneamento básico, vai tudo para o ‘sangão do Hospital’”. Pode-se perceber claramente que o lago é bastante contaminado e quais são os agentes poluidores do local, mas mesmo assim o objetivo do encontro não foi alcançado já que alguns participantes insistem em tomar banho no local, um dos participantes chegou a dizer “bah professora tem que ver então a sanga que a gente toma banho lá perto de casa, aqui não dá nada, lá é bem pior”, estes demonstram divertimento em tomar banho. (...) Alguns alunos demonstraram consciência e não tomaram banho, inclusive solicitando aos colegas que saíssem da água, um menino disse “a gente viu isso em biologia, como é mesmo o nome dos vermes que podemos pegar nessa água podre?” (...).*

Pode-se perceber com base neste relato a possibilidade e a potencialidade de, durante a prática do esporte canoagem, dialogarmos acerca dos problemas ambientais que atingem diretamente nossas vidas. Sob esse aspecto, concorda-se com Sánchez e Magalhães (2009) que interligam o esporte canoagem com a EA, considerando que esta prática pode representar uma nova maneira de se relacionar com o meio ambiente, e com isso possibilitar uma nova abordagem das questões ecológicas, políticas, econômicas e sociais. A prática do esporte canoagem, portanto, pode assumir um papel de relevância social podendo induzir a atuações transformadoras no meio educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de apontar possíveis contribuições para a compreensão da temática em questão e instigar novas intervenções, em primeiro lugar, é necessário que sejamos capazes de perceber a grande complexidade de relações nas quais as práticas da cultura corporal estão inseridas atualmente, tal como a história, a cultura, o modo de produção, as relações sociais, as necessidades e desejos de diferentes pessoas e grupos.

Podemos perceber que várias visões sobre a relação do ser humano com a natureza e com a sociedade estão presentes na sociedade atual, sendo a postura hegemônica a de domínio do homem sobre a natureza. Assim, nossas concepções das relações históricas que constituíram a cultura corporal que conhecemos hoje serão a base para fundamentarmos nossas opções teóricas e metodológicas nas nossas práticas pedagógicas. A partir disso, ao pautar e constituir um processo de mudança social sem realmente problematizar as relações sociais que ocorrem atualmente na sociedade pode-se estar criando algo que (re) produza vícios e hábitos corriqueiros e pouco refletidos no seio da comunidade. Assim, os agentes sociais, enfrentando o desafio de mudar algo, também realizam sua própria transformação (Konder, 1992).

Quando pensamos em uma EF escolar que rompa com os muros da escola e verdadeiramente leve em conta a realidade dos educandos, não podemos deixar de problematizar e abrir espaços para o diálogo acerca das questões e pautas concretas do dia-a-dia, considerando todos os aspectos que abarcam o modo de vida do ser humano em sociedade.

Em uma concepção histórico-crítica de EF o movimento é encarado como fenômeno cultural dirigido pelos determinantes sócio-políticos-econômicos e não apenas no sentido mecânico-fisiológico (BRACHT, 1997). Portanto, os educadores devam estar aptos a problematizar os diferentes fenômenos presentes na sociedade atual, inclusive o que tange o debate acerca das questões ambientais, construindo com os sujeitos envolvidos no processo educativo a superação da visão fragmentada sobre essas questões. Diante disso, a EA pode oferecer oportunidades de ações que estimulem as pessoas a interagirem e a atuarem enquanto sujeitos de transformação no ambiente no qual vivem, demonstrando, assim, que a participação no ambiente comunitário pode ser mais um instrumento que possibilita a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Concordamos com COGGIOLA (2005) que, buscando responder a relação entre a crise ecológica e a relação da educação integral do ser humano, incluída a EF, acredita ser o marxismo a teoria capaz de estabelecer o elo entre essas questões, onde o capitalismo é o grande responsável pela crise ecológica atual vivenciada na humanidade e superar essa situação requer implicações para todos os aspectos da vida humana, principalmente para a educação que, segundo o autor, deveria quebrar a cisão entre educação científica/humanista e educação técnica (base da divisão entre trabalho manual e intelectual), assim como entre formação intelectual e formação (educação) física.

A partir destas percepções faz-se necessário o estabelecimento de um trabalho coletivo no sentido de verdadeiramente aprofundar as mudanças almejadas para a superação destes problemas ambientais tão facilmente visualizados atualmente. Sob essa perspectiva, acredita-se na necessidade de abordar na EF escolar a EA que, conforme Antuniassi (1995), não apenas transmita conhecimentos ecológicos, mas represente uma proposta política de reflexão, debate e posicionamento sobre a relação homem/natureza e produção cultural.

Percebe-se que, partindo da prática social do esporte canoagem, a EA é uma importante e instigadora temática que pode ser desenvolvida durante esta prática na

escola. A EA e a EF podem surgir, por meio de atores comprometidos com a mudança da realidade atual e hegemônica, como um meio de formação e desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas que questionem os valores hegemônicos na nossa sociedade, visualizando o ser humano, homens e mulheres, como sujeitos capazes de produzir uma nova cultura, não apenas reproduzi-la.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASSI, M. **Educação ambiental e democracia**. In: SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; BRAGA, T. (Coord.) Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 1995.

BARCELLOS, S. **Ações em educação ambiental e suas relações com a interdisciplinaridade e cidadania: o caso do projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy”**. Monografia (especialização) – UFSM, CCR, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, RS, 2009.

BRACHT, V. **Educação Física: conhecimento e especificidade**. In: SOUSA e VAGO (Org.). Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais. 1. Ed. Belo Horizonte: Cultura, 1997.

_____. **A constituição das teorias pedagógicas na Educação Física**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 6. Ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

CASTELLANI, L. **Educação Física no Brasil: História que não se conta**. Campinas: Papirus, 1991.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COGGIOLA, O. **Ecologia e Marxismo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 27/01/2005.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Ed. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1991.

DEMO, P. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2001.

FOLADORI, G. **A Questão Ambiental em Marx**. In: *CRÍTICA MARXISTA*, nº 4. São Paulo: Xamã, 1997.

GONÇALVES, C. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 11ed. São Paulo - Ed Contexto, 2004. IMBRIACO, P. **Idade para começar a remar...** Associação de Ecologia e Canoagem. Disponível em http://cbca.org.br/biblioteca/arquivos/biblioteca_Texto_Idade_para_remar_2001_Paul_Justin_Imbriaco.pdf. Acessado em 20 de maio de 2009.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Karl Marx no século XXI**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LAYARGUES, P. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental**. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. Ed. Expressão Popular, 2004.

LOUREIRO, F. **Karl Marx: história, crítica e transformação social na unidade dialética da natureza**. IN: Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental. / Org: Isabel Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber. - Brasília: Ministério

da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

LOUREIRO, C. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos.** *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, V.; GONÇALVES, C. **Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970).** In: Revista Movimento. Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 249-271, julho/setembro de 2009.

TAFFAREL, C; SOARES, C; ESCOBAR, M. **A educação física escolar na perspectiva do século XXI.** In: Moreira, W. (Org.). Educação Física & Esporte: perspectivas do século XXI. Campinas, SP: Papirus, 1992.

SÁNCHEZ, C.; MAGALHÃES, R. **A canoagem como estratégia educativa face aos desafios da Educação Ambiental.** Revista Eletrônica Educação Ambiental em Ação, Nº 28, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias de educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 31ed. - Campinas, SP: Autores Associados. 1997.

Lei nº 9.795/99. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.**

VASCONCELLOS, C. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização.**